

## SEGURANÇA PÚBLICA: A VIDA NA MÃO DE TODOS\*

LUCIANA MOURÃO CERQUEIRA  
Graduada em Relações Públicas

*Resumo: Enfoca a questão da segurança pública como sendo de responsabilidade de todos e de cada um, e não apenas como responsabilidade de órgãos estatais.*

### INTRODUÇÃO

*"Se o homem aperfeiçoado pela virtude é o melhor dos animais, afastado da lei e da justiça é o pior de todos eles; porque ao contrário dos outros animais, o homem conta com as armas da razão, para realizar as suas incontinências e crueldades."*

(Santo Tomás de Aquino)

Esta monografia está dividida em quatro partes e procura demonstrar que a segurança pública não é da responsabilidade exclusiva dos órgãos públicos estatais, mas envolve todos os segmentos da sociedade. Nesse sentido, tentamos recapitular o significado de cidadania, participação social, direito, dever e, é claro, o significado de segurança pública, no sentido mais amplo da expressão.

O Primeiro Capítulo, "Necessidade de Segurança: breve histórico da humanidade", faz um estudo psicológico, filosófico e antropológico da necessidade física e psíquica de segurança. Considerando as diferenças culturais, amplia o sentido do termo segurança, tomando-o desde o nível pessoal até o coletivo. A formação da vida em sociedade e do Estado é entendida a partir do "instinto de autoproteção" que conduz o homem à aceitação de leis e à restrição de suas liberdades naturais.

---

1.º lugar no concurso de monografias sobre "Segurança Pública, responsabilidade de todos", promovido pela Academia de Polícia Militar no 2.º semestre de 1992.

O Capítulo dois, "Segurança Pública: direito ou dever?", baseia-se no dispositivo constitucional sobre segurança pública e abrange questões relativas às áreas das Ciências Sociais e Políticas, da Educação e do Direito. A partir daí, evidencia-se o tênue limite entre direito e responsabilidade, demonstrando que a consciência de cidadania e responsabilidade social é uma questão educacional.

O Capítulo três, "Segurança Pública e Democracia: pontos de interseção", permanece na área do Direito e da Ciência Política. Reflete-se sobre a divisão de responsabilidades no processo democrático e sobre o papel de cada cidadão e do Estado. Esse capítulo evidencia a importância da segurança pública para a construção da nação.

Finalmente, na conclusão - "A segurança de todos está nas mãos de cada um" -, o estudo volta-se para a reflexão da interação entre o indivíduo e o coletivo. Salienta-se a importância da participação social, finalizando com uma mensagem de esperança para o Brasil e para os homens.

## CAPITULO I

### NECESSIDADE DE SEGURANÇA: BREVE HISTÓRICO DA HUMANIDADE

*"O mal é termos estado a identificar a segurança com fenômenos exclusivamente militares e, mais especialmente, com o material militar. E acontece que não deve ser assim; necessitamos acomodar-nos aos fatos da questão, se desejamos ver a segurança sobreviver e crescer na metade meridional do globo."*

(Robert McNamara)

#### 1 A NECESSIDADE DE SEGURANÇA FÍSICA E PSÍQUICA

Os seres humanos, assim como os demais seres vivos, precisam de que sejam satisfeitas algumas necessidades básicas para que sua sobrevivência seja possível. Entretanto, por ser um animal racional, o ser humano precisa atender não só a necessidades físicas, mas também a necessidades psicológicas. Baseando-se no estudo dessas necessidades, o psicólogo e cientista social Maslow elaborou uma Pirâmide Hierárquica das Necessidades Humanas que se tornou conhecida por todos aqueles que se propuseram estudar as chamadas Ciências Humanas e Sociais.

A pirâmide apresenta cinco níveis para as necessidades humanas. Essas necessidades, segundo Maslow, aparecerão de forma hierárquica e, conseqüentemente, ao satisfazer as necessidades do primeiro nível, o ser humano passará a se preocupar em satisfazer as necessidades do segundo, e assim sucessivamente.

A pirâmide das necessidades humanas foi apresentada da seguinte forma: Nível 1: Necessidades Fisiológicas (comida, ar, água, abrigo, sexo, sono); Nível 2: Necessidade de Segurança (controle do medo, levando-se em conta todas as suas formas de expressão, e do perigo); Nível 3: Necessidades Sociais (atividade em grupo, relações interpessoais); Nível 4: Necessidades do Ego (respeito, *status*) e, finalmente, no Nível 5: Necessidade de Própria Atualização.

Como podemos ver, a necessidade de segurança é uma das características mais marcantes da espécie humana. Essa necessidade de segurança aparece em dois níveis na pirâmide: a necessidade de proteção física aparece no primeiro nível (o das necessidades fundamentais), e a

necessidade de proteção psicológica aparece no segundo nível, através do controle do medo e do perigo.

Portanto, o ser humano tem a forte necessidade de permanecer "seguro". O termo "seguro", segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda, significa: "1. Livre de perigo ou de risco. 2. Que não hesita; firme. 3. Certo, convicto. 4. Confiante 5. Indubitável. 6. Preso, fixo. 7. Avarento".

Assim, o significado da qualidade de segurança varia desde o nível econômico (no sentido de "segurar os gastos"), passando pelos aspectos psicológicos de certeza e confiança.

A necessidade de segurança é uma característica tão marcante na espécie humana que veremos seus efeitos na vida da humanidade desde o início da história, ou melhor, da pré-história.

## 2 NECESSIDADE DE SEGURANÇA E VIDA EM SOCIEDADE

Desde a pré-história, o homem começou a organizar-se socialmente (constituindo famílias, unindo-se em grupos e criando aldeias), não apenas para garantir a continuidade da espécie, mas também para facilitar a sobrevivência. A necessidade de segurança (de estar protegido) favoreceu a formação de grupos, não só na espécie humana, mas em quase todo o reino animal.

Em *O Gene Egoísta*, o cientista Richard Dawkins apresenta essa tendência à aglomeração, a partir da necessidade de se autoprotger. Tomando uma manada como exemplo, explica o autor:

*"Claramente, um indivíduo sensato tentará manter seu domínio de perigo o menor possível. Particularmente, ele tentará evitar ficar na borda da manada. (...) Haverá uma migração incessante das bordas e um agregado em direção ao centro. (...) Isto rapidamente levará à formação de agregados, os quais se tornarão cada vez mais densamente compactados."*<sup>1</sup>

O exemplo dado por Dawkins comprova a hipótese de que a necessidade de segurança representou uma das causas mais importantes para o agrupamento social.

Porém, a vida em comunidade impunha ao homem a criação de sistemas de cooperação ou regras mínimas de sobrevivência. Assim, surgiu não só a divisão de trabalho, mas também a organização do poder. Sem

algum tipo de poder que obrigasse ao cumprimento de regras, seria difícil existir vida em sociedade.

### 3 LIBERDADE X SEGURANÇA: A ACEITAÇÃO DAS LEIS E A FORMAÇÃO DO ESTADO

Ocorre que para o homem ter direito à segurança, ele tem que abrir mão da sua liberdade. Hobbes explica bem como se dá esse processo em *Leviatã*. O autor adverte que não se confunde lei com direito, posto que esses conceitos são contraditórios. O direito é a liberdade que nos é deixada pela lei, e as leis são as restrições que estabelecemos por acordo comum, para restringir as nossas liberdades recíprocas. Hobbes esclarece que a *"lei civil é apenas a restrição do direito de todo homem a toda coisa no estado da natureza"*. E que *"a atividade legislativa não é outra coisa senão esta restrição(...) a lei não foi trazida ao mundo para nada mais a não ser limitar a liberdade natural dos indivíduos"*. (*Leviatã*, cap. 26).

Hobbes explica que o homem troca a garantia da sua paz e da sua segurança pela aceitação das obrigações legais. Pedir a liberdade natural (seria o fato de se isentar das leis) seria o mesmo que pedir a "liberdade" de estar sujeito à agressão de todos os outros.

Gérard Lebrun, professor de Filosofia e Lógica da USP e da UNICAMP, em *"O que é Poder"*, expõe a "politização" moderna, evocada por Habermas e anunciada por Hobbes: *"a única coisa que o Estado tem a garantir aos súditos é a segurança deles, e as liberdades dos súditos só podem ser as tolerâncias, sempre sujeitas a revisão, que a instituição outorga"*.<sup>2</sup>

Gérard Lebrun confronta, ainda, as opiniões do fundador da economia política, Adam Smith, com as do economista francês Jean-Baptiste Say. Para Smith,

*"o sistema simples da liberdade natural apresenta-se por si próprio e encontra-se plenamente estabelecido. Todo homem, enquanto não infringe as leis da justiça, conserva-se inteiramente livre para seguir o caminho que lhe aponta o seu interesse, e para levar aonde quiser a sua indústria e o seu capital, conjuntamente com qualquer outro homem, ou de qualquer outra classe de homens"* (1776).<sup>3</sup>

Para Say, a autoridade pública só é útil para protegê-los contra a violência. E, sobretudo, que essa autoridade não vá além desse papel: *"que seja estritamente reduzida ao seu papel de fiadora da antidesordem..."* (1841).<sup>4</sup>

Gérard Lebrun apresenta também a análise recente de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* e *Na Vontade de Saber*.

*"O poder moderno não é mais, essencialmente, uma "instância e transcendente" (o rei acima dos seus súditos, o Estado superior ao indivíduo), mas uma instância de controle, que envolve o indivíduo mais do que o domina abertamente. Podem diminuir as proibições, abolir-se a pena de morte, abrandar-se o regime das prisões, etc., porém, o sistema disciplinar a que nos vemos submetidos até em nossa vida privada cresce, discreta mas continuamente. O Estado moderno é menos abertamente dominador e mais manipulador; preocupa-se menos em reprimir a desobediência do que em preveni-la. É feito menos para punir do que para disciplinar."*<sup>6</sup>

Gérard Lebrun apresenta a visão de Durkheim que coincide com o ideal político de Hobbes, no sentido de pensar que o poder deve encarregar-se, especialmente, em propiciar aos cidadãos um mínimo de segurança.

Essa necessidade de segurança é tão forte que o homem abre mão de sua liberdade. O economista e politólogo francês Bertrand Jouvenel explica que *"a liberdade é apenas uma necessidade secundária, ante a necessidade primária de segurança."*<sup>6</sup> Jouvenel esclarece que se no século XIX a classe dirigente desejava liberdade, é porque sua segurança estava muito bem assentada.

Gérard Lebrun exemplifica a primazia da necessidade de segurança sobre o desejo de liberdade com a Grande Depressão dos anos 30, nos Estados Unidos. Franklin Roosevelt enunciou "direitos" (*new human rights*) que eram incompatíveis com o liberalismo clássico: direito ao pleno emprego, direito a um salário constante, direito de os produtores venderem quantidades estáveis a um preço estável. Como sabemos, os americanos apoiaram Roosevelt, escolhendo, portanto, a intervenção do Estado (e a restrição às liberdades privadas) como solução para a insegurança e a instabilidade em que se encontravam.

O pensador Tocqueville questionava como seria possível evitar o surgimento de "despotismo administrativo" numa democracia. Tocqueville afirma que *"a maioria considera que o governo age mal - mas todos pensam que o governo deve agir sem parar e pôr a mão em tudo. Até os que se combatem mais asperamente não deixam de concordar nesse ponto."*<sup>7</sup> Gérard Lebrun considera que, na maioria das vezes, são os governados que forçam o Estado a colocar-se como instância tutelar - como poder onipotente.

Entretanto, Lebrun adverte sobre o perigo do totalitarismo e anuncia que *"o único remédio possível é a liberdade política (entendida como a participação efetiva dos cidadãos nos negócios públicos)."*<sup>8</sup>

O que podemos apresentar como síntese é que as relações de poder são condição de funcionamento de qualquer cidade moderna e, nesse sentido, necessitamos repensar a ordem política. Há que se questionar não só o conceito, mas a necessidade e a dimensão da ordem política.

#### 4 SEGURANÇA E TEORIA POLÍTICA

A política surge junto com a própria História, como resultado da atividade dos homens em sociedade. Portanto, são os próprios homens que configuram a atividade política, podendo interferir e dominar o enredo da História. A atividade política é, pois, aberta a novas transformações. Se, no século XIX, tínhamos a política baseada no estudo do Estado e dos partidos, no século XX veremos que a atividade política só poderá ser conhecida a partir do estudo das instituições. Os movimentos sociais e a política de base transformaram-se em agentes políticos, tão necessários como o próprio governo ou os partidos.

Engels, no entanto, relativiza o poder dos homens de escrever a História. Segundo o autor,

*"os homens fazem sua própria história, mas não segundo condições que eles mesmos escolhem. Dependem de certas condições objetivas trazidas pelo desenvolvimento histórico anterior para servirem de base à sua atividade."*<sup>9</sup>

Wolfgang Leo Maar, no seu livro *O que é Política?*, explica que

*"a atividade política institucional do Estado é um conjunto de respostas a necessidades da vida social desenvolvidas pelos homens em sua história, como a organização da vida coletiva e o atendimento de objetivos comuns."*<sup>10</sup>

O filósofo político Antonio Gramsci considera que a relação entre o Estado e a sociedade constitui *"o primeiro momento"* da superestrutura do Estado como questão central da política institucional.

Maquiavel considera que os meios das atividades políticas possibilitam *"conquistar e manter principados"*. E considera que esses meios são a chave para se transformar em agentes políticos as próprias atividades

políticas.

O analista político Wolfgang Maar apresenta também duas formas de o Estado se relacionar com a sociedade: pelas armas e pelos votos. Quando se relaciona pelas armas, o Estado é um agente da dominação, da coerção, da imposição. Quando se relaciona pelos votos, o Estado é um agente da persuasão, do consenso. Assim, segundo Maar, *"a dominação pela força e a direção pelo convencimento são os meios da política. Eles são chamados, respectivamente, de coerção e de hegemonia."*<sup>11</sup>

Duas definições de Estado podem ser confrontadas aqui, a fim de que entendamos os reais objetivos do Estado e a sua relação com a Política. A primeira foi dada por Max Weber (em *A Política como Vocação*): *"O Estado é uma instituição política compulsória que detém o monopólio do uso legítimo da violência num determinado território."* A segunda definição nos foi apresentada por Engels e Karl Marx (no *Manifesto Comunista*): *"O Estado é o comitê executivo dos negócios comuns da burguesia como um todo."*

A essas definições de Estado, cabe acrescentar a análise feita por Wolfgang Maar. Segundo o professor,

*"Por intermédio da política institucional do Estado, os interesses de uma classe são apresentados como objetivos políticos gerais da sociedade. São vários esses objetivos, todos apresentados como interesses nacionais: desde assegurar a segurança externa contra outros Estados, passando pela garantia da paz interna, até a eficácia administrativa e burocrática que permite o funcionamento conjunto dos enormes complexos produtivos da sociedade contemporânea".*<sup>12</sup>

Essa análise de Maar permite-nos confirmar a idéia de que o Estado tem sua legitimidade garantida a partir da necessidade de segurança. Portanto, quanto maior a segurança e a estabilidade de um povo, mais eficaz será considerada a direção do Estado ao qual está submetido.

## 5 SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

O binômio "Segurança e Desenvolvimento" foi apontado inicialmente pelo Secretário de Defesa norte-americano, Robert McNamara, em 1967.

Em seu livro *Segurança Nacional*, o cientista brasileiro Roberto Martins cita McNamara, revelando que procurou *"mostrar como se tornou errônea a visão de basear a segurança simplesmente nos aspectos militares,*



*ou dependente principalmente da quantidade de material bélico possuída.*"<sup>13</sup>

Para Roberto Martins, a nação dispõe de meios para atingir seus objetivos e esses meios constituem o "poder nacional". O poder nacional baseia-se nos fundamentos do homem, da terra e das instituições (sejam elas políticas, econômicas, psicossociais ou militares). A partir daí, o poder nacional também se subdivide em quatro instâncias de poder: o poder político, o poder econômico, o poder psicossocial e o poder militar. O poder militar, segundo Roberto Martins, *"é a integração de todos os elementos que participam do poder nacional; é empregado pelo Estado para promover, pela dissuasão ou pela coerção, a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais."*<sup>14</sup>

McNamara, por sua vez, analisa que a segurança do Primeiro Mundo está diretamente ligada à segurança do mundo em desenvolvimento. Por isso, McNamara entende que a função do Primeiro Mundo deve ser a de *"auxiliar a proporcionar segurança às nações em desenvolvimento que verdadeiramente necessitarem de nossa ajuda e a solicitarem, e que demonstrem estar dispostas e ter capacidade de ajudarem-se a si próprias."*<sup>15</sup> Afirma ainda que numa sociedade que se está modernizando, segurança significa desenvolvimento. E se essa nação *"não se desenvolve, não pode, na realidade, permanecer segura, devido à desagradável razão de seus cidadãos não poderem desfazer-se da natureza humana."*<sup>16</sup> O ex-Secretário de Defesa dos EUA entende que a segurança implica um mínimo de medida de ordem e estabilidade; e que sem algum desenvolvimento interno, ordem e estabilidade, são impossíveis. Para McNamara, *"o problema militar específico é apenas limitada faceta do problema de maior amplitude, o da segurança."*<sup>17</sup>

A lei e a ordem são, portanto, a base do desenvolvimento (pai da segurança). O que a força militar pode é auxiliar a manter essa lei e essa ordem já existentes na sociedade em desenvolvimento e resultantes de uma disposição básica de cooperação por parte do povo.

Em síntese, o que fica claro é que a Segurança Pública não está somente nas mãos do Estado, através do poder militar. A Segurança Pública depende da cooperação da sociedade como um todo. A questão da segurança é uma questão coletiva. Como explica Robert McNamara,

*"A segurança coletiva é a única estratégia militar sensata, num mundo metade livre e metade totalitário - como também o auxílio para o desenvolvimento coletivo representa a única estratégia econômica e sensata num mundo metade alimentado e metade*

*faminto."*

A conclusão de McNamara é que *"a segurança e o desenvolvimento coletivos são apenas duas faces da mesma moeda."*<sup>18</sup>

## 6 SEGURANÇA INDIVIDUAL E SEGURANÇA COLETIVA

Seria impossível falar de segurança individual sem estender o conceito para a coletividade. Em nível de classificação dos tipos de segurança, porém, essa distinção pode ser válida. Em nível da realidade em que vivemos, seria ingênuo acreditar em segurança individual; porque, enquanto pairar sobre a comunidade o peso da miséria e da desigualdade, não poderemos falar de segurança pública. Não pode haver segurança numa comunidade onde uns têm muito, e outros nada têm.

Se fôssemos classificar os tipos de segurança, a primeira distinção a ser feita seria entre a segurança pública (ou coletiva, e a segurança privada (ou individual). A segurança privada cabe aos próprios indivíduos, enquanto que a Segurança Pública é um dever do Estado e uma responsabilidade de todos.

A Segurança Pública, por sua vez, pode ser subdividida nos seguintes pontos: Segurança Política, Segurança Econômica e Financeira, Segurança Social e Segurança Psicossocial (englobando-se a segurança relativa a: Saúde, Trânsito e Meios de Transporte, a Segurança Urbana e a relativa à Assistência Social).

Cabe salientar, porém, que qualquer tipo de segurança pública envolve sempre a cooperação das duas maiores instituições sociais: o Estado e a Sociedade Civil. Ao Estado, como já vimos, está reservada a tarefa de proteger os seus membros. Contudo, será vã qualquer ação do Estado que não contar com a colaboração de todos os segmentos da sociedade.

Não somos adeptos das doutrinas de Pequim, mas não podemos discordar do pensamento do Mao-Tsé-Tung, quando afirma: *"Quem não sua junto, não pode pensar junto."* Assim, se a sociedade não assume a sua responsabilidade social nas questões relativas à Segurança Pública, não lhe cabe o direito de cobrar do Estado que essa segurança seja plena.

## CAPÍTULO II

### SEGURANÇA PÚBLICA: DIREITO OU DEVER?

*"As coisas estão no mundo, minha nega, só que eu preciso aprender".*

(Paulinho da Viola)

#### 1 O TÊNUE LIMITE ENTRE DIREITO, DEVER E RESPONSABILIDADE

O Capítulo I da Constituição Federal trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Esse capítulo baseia-se no artigo 5.º, onde se lê:

*"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade."*

Por ser a Constituição a Carta Magna de uma nação, não restam dúvidas quanto ao fato de a segurança ser um direito de todos.

Por ser direito de todos, a segurança torna-se também um direito social, e não somente um direito pessoal. Diz o artigo 6.º:

*"São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados."*

A leitura desses dois artigos assegura ao cidadão o direito à segurança. Porém, ao ler o artigo 144, do Capítulo III, referente à Segurança Pública, ampliaremos a dimensão dada a esse direito. Diz o artigo:

*"A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis e Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares."*

Do próprio dispositivo constitucional depreende-se que a Segurança Pública é não só um direito, mas uma responsabilidade de todos. Foi por acreditar nessa responsabilidade coletiva que Robert McNamara, ex-

Secretário de Defesa dos Estados Unidos, escreveu o livro *A Essência da Segurança*. No princípio de sua obra, o autor explica: "*Como acredito na participação do público nas preponderantes questões de segurança, julguei que talvez fosse útil mandar publicar, num só volume, os princípios e a filosofia pelos quais dirigi as atividades do Organismo de Defesa.*"<sup>19</sup>

O que McNamara fez foi levar ao conhecimento público as questões que envolvem a segurança em sua essência. Seu livro é um convite à participação popular e ao exercício pleno da cidadania.

Ora, o Estado não pode ser o único responsável pela segurança de toda a nação. O Estado e os indivíduos são co-responsáveis pelo desenvolvimento ou não de um determinado país. O Estado não é o todo poderoso que conduz unilateralmente os caminhos a serem seguidos. Gérard Lebrun, em *O que é Poder?* afirma que "*o Estado não pode mais ser considerado como o guarda de uma ordem cujo desenvolvimento é exterior a ele.*"<sup>20</sup> Explica que a sociedade civil politizada e o Estado devem ser co-responsáveis pelo poder e por todas as conseqüências políticas que advêm dele.

## 2 EDUCAÇÃO: ÚNICA PORTA PARA A CONSCIÊNCIA SOCIAL

Gérard Lebrun analisa que os homens pedem ao Estado a segurança, mas que isso não justifica a soberania ilimitada do Estado. A sociedade civil tem que manter-se consciente quanto ao exercício da cidadania e quanto às suas responsabilidades sociais.

Entretanto, essa conscientização da sociedade não se dá espontaneamente. É preciso estimular a participação social, evidenciando a relevância do envolvimento dos indivíduos com o Estado. Como nos ensina Bertolt Brecht, essa consciência de participação política só pode ser pensada em nível educacional. Ou seja, a questão da cidadania e do exercício dessa cidadania são questões relativas à Educação. E se não for entendida dessa forma, corre-se o risco de se pensar em cidadania somente nos casos em que o Estado deve proteger o indivíduo.

O nosso sistema educacional necessita ser repensado. Educar significa construir opiniões; estimular, desenvolver e orientar aptidões; passar conhecimento; discutir idéias. Não é por acaso que o filósofo Tagore afirmou: "*Educai as crianças hoje para que não precisemos punir os homens amanhã.*" E essa educação à qual nos referimos não se restringe ao simples repasse de conhecimento. Falamos de um sistema educacional entendido como um processo de alteração da realidade através do imaginário, da liberdade e da

razão.

Para atingirmos um sistema educacional eficaz, é preciso que ele seja entendido dentro de um contexto social e cultural. As primeiras noções de Educação são aprendidas no lar, na convivência familiar. E é na própria família que já se começam a formar conceitos errados sobre segurança, participação social e cidadania.

Em geral, os pais têm dificuldades em distinguir liberdade e licença. As crianças precisam de liberdade para expressar suas idéias e seus sentimentos. Se não aprenderem isso no próprio lar, que é a sociedade em miniatura, dificilmente se tornarão cidadãos participantes. Por outro lado, se os pais derem licença aos filhos para que façam tudo o que querem, criarão crianças mimadas, egoístas e com reduzida capacidade de convívio social.

No livro *Liberdade no Lar*, A. S. Neill evidencia como, na maioria das vezes, os pais acostumam mal os seus filhos. Como professor que é, Neill percebe que a tarefa dos educadores escolares é dificultada pelo comportamento incorreto de grande parte das famílias. O autor acredita que a maioria das crianças é criada dentro de uma rede de mentiras e de proibições ignorantes. E exemplifica:

*"Quase que toda a vez que vou à cidade, ou a uma vila, vejo crianças de três anos tropeçarem e caírem, e a mãe espancá-las porque caíram. Em quase todas as viagens de trem ouço uma das mães dizer: Se você for outra vez para aquele corredor, Willie, a polícia vem agarrá-lo."<sup>21</sup>*

É, pois, dentro da própria instituição familiar que as pessoas vão sendo condicionadas a entender que segurança pública é um dever do Estado, e não também uma responsabilidade de todos. O exemplo dado por A. S. Neill revela o quanto essa visão de "dever do Estado" está culturalmente presente. No caso do exemplo, ao invés de as mães alertarem os filhos sobre o perigo de se atravessar de um corredor para outro com o trem em movimento, o que elas fazem é amedrontar os filhos pela possibilidade de repreensão por parte dos policiais. Esse tipo de comportamento não só transfere a responsabilidade de cuidar de sua própria segurança para os policiais, mas também cria um sentimento de medo em relação à classe policial.

Portanto, percebemos que a questão educacional tem uma importância bem maior do que poderia parecer a princípio. A começar pela educação familiar (que deve formar indivíduos seguros de si e com interesse

pela vida social como um todo); devemos lembrar algumas responsabilidades do ensino de 1.º e 2.º graus e também das universidades.

Os educadores precisam estar conscientes de sua importância social. Urge a necessidade de se repensar a Educação Cívica (no sentido exato do termo: "educar os civis"). A proposta da pedagoga paulista Fanny Abramovich caminha nesse sentido. Segundo a cientista, *"Educação Cívica não é exatamente a proposta pelos currículos oficiais, nem a que é feita nas escolas, nos chamados centros cívicos, nem a que se lê nos livros didáticos..."*<sup>22</sup> Para a professora Fanny Abramovich, a Educação Cívica, mesmo, foi aquela ensinada por Teotônio Vilela e Monteiro Lobato,

*"dois educadores brasileiros no sentido mais amplo e belo do termo, que educaram milhares de pessoas para serem exatamente isso: brasileiros conscientes, irreverentes, cobrantes, independentes, emocionados e, sobretudo indignados... Enfim, cidadãos."*<sup>23</sup>

Aliás, a própria Constituição Federal confere à Educação a responsabilidade pelo preparo do exercício de cidadania. Lê-se no artigo 205:

*"A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."*

Como podemos ver, a Educação é um amplo processo que se inicia na instituição familiar e que deve ser desenvolvida pela atividade escolar e universitária. Ao ensino fundamental (1.º grau) e ao médio (2.º grau) cabe toda a parte de desenvolvimento do indivíduo, enquanto pessoa e cidadão; levando-se em conta suas opiniões, sua identidade e seus valores culturais e artísticos.

Ao ensino de nível superior cabe a promoção humanística, científica e tecnológica do País. A universidade deve ser fonte de análise e crítica social e também de aprimoramento científico e tecnológico. Para tanto, a universidade precisa de liberdade e, por isso, a Constituição lhe garante *"autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial"* (art. 207).

O professor universitário Morse Belém Teixeira defende a questão da autonomia universitária. No artigo "Contra a Insegurança, o Temor e as Ameaças", o professor de Ciências Sociais escreve que *"O Estado democrático tem na autonomia universitária a garantia de sua perenidade, a*

*segurança de uma permanente referência crítica como um dos suportes de sua modernização.*<sup>124</sup>

O processo educacional, porém, sofre inúmeras restrições. Essas restrições vão desde o aspecto socioeconômico até o aspecto exclusivamente psicológico. Por um lado, não dispomos de muitas verbas; por outro, não contamos com uma cultura que valorize o processo educacional e os profissionais envolvidos nele.

Além dessas restrições, aparecem ainda outras de caráter psicológico e até mesmo ideológico. É mais fácil para o ser humano sentir-se protegido e isento de responsabilidades sobre o que lhe acontece e sobre o que acontece aos seus semelhantes. Corre-se, então, o risco de delegar as nossas responsabilidades a "salvadores" ou a "super-heróis". E delegando nossas responsabilidades, abrimos mão de nossa maior arma política e nossa maior conquista na sociedade contemporânea... abrimos mão da nossa Democracia.

### CAPÍTULO III

#### SEGURANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA: PONTOS DE INTERSEÇÃO

*"O que há de mais admirável nas democracias é a facilidade com que qualquer pessoa pode passar da crônica policial para a crônica social."*

(Mário Quintana)

#### 1 REFLETINDO SOBRE A DEMOCRACIA: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO

O dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda define "Democracia" como "Governo do povo; soberania popular" ou como "Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder."

A democracia, porém, não é um regime político que pode ser facilmente colocado em prática. Isso porque a Democracia precisa da participação da sociedade civil de modo organizado. Ocorre, em geral, de os próprios governados preferirem ser "dominados", porque é mais fácil deixar que os governantes pensem e decidam por nós.

Sônia Miriam Draibe, professora de Ciência Política da UNICAMP, afirma que só pode haver real democracia em uma sociedade em que haja justiça social, organização, gestão e funcionamento do aparelho estatal com participação e controle democrático de qualquer política a ser implementada. Portanto, para que haja Democracia é necessário acabar com os privilégios, com o desnível socioeconômico e com a miséria. Além disso, é absolutamente imprescindível que a educação esteja ao alcance de todos, e que a população possa estar informada do que está acontecendo no seu país e no mundo. Sem isso, viveremos uma falsa democracia.

O sociólogo Édson Nunes afirma que a sociedade civil precisa ser construída e organizada, pois ela significa liberdade. Longe dessa organização social e dos movimentos populares, esvaziamos o sentido de participação, não há como pensar a democracia.

Entretanto, Fernando Henrique Cardoso, no texto "A Democracia na América Latina", explica que o que falta não é apenas justiça e organização social, falta uma teorização em torno da questão da transição democrática. Segundo o sociólogo, "as práticas dessa democratização, brotada numa sociedade dinâmica, a despeito do autoritarismo militar e desigual, a despeito



do êxito econômico, estão *in status nascendi*. Falta quem as teorize<sup>25</sup>

O sociólogo Luciano Martins é ainda mais incisivo nessa questão de se repensar o conceito de democracia. Para o sociólogo e pesquisador da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, é preciso "*Reinventar a Democracia*". E foi exatamente esse o título que Luciano Martins deu a artigo, dividido em duas partes, publicado na *Folha de São Paulo* em 26 de agosto de 1984.

Poderíamos continuar listando a opinião de inúmeros sociólogos e cientistas políticos que vêm escrevendo sobre a democracia (pois esse assunto continua sendo urgente e atual). Porém, o que nos parece mais fundamental é evidenciar que a democracia é participação política e social e que para se pensar em democracia é preciso que encontremos formas de efetivar a participação.

A psicóloga Maria Estela Tejera, em *A Questão do Coletivo*, explica que "*É importante separar a questão política de um conflito de poder; senão ela parecerá como uma máquina de guerra que faz da violência sua expressão máxima*"<sup>26</sup>. E, na realidade, a Política deve ser entendida como uma proposta coletiva, onde as responsabilidades e as funções são divididas.

## **2 DIVIDINDO E ASSUMINDO RESPONSABILIDADES: O PAPEL DO ESTADO, DA POLÍCIA E DA POPULAÇÃO.**

Falamos em participação política e social e também em reorganização da sociedade civil. Esse processo implica a divisão de responsabilidades, onde o Estado, a Polícia e a População devem conhecer e assumir os seus papéis sociais.

Em termos de segurança pública, esse repensar os papéis torna-se uma questão fundamental. Se a população clama por democracia e participação política, ela não pode esperar do Estado uma proteção irrestrita e unilateral. É chegado o momento de entendermos que não só a segurança, mas todas as "coisas" que são públicas (como educação, saúde, transporte) são deveres do Estado e responsabilidade de todos. Sem essa consciência política, não viveremos a tão almejada democracia.

Wolfgang Leo Maar afirma que a democracia é "*algo mais do que uma determinada forma de governo ou de atividade política. Seria um valor, uma referência cotidiana que diz respeito ao conjunto de uma experiência humana e social, objetiva e subjetiva, acumulada ao longo da história na cultura.*"<sup>27</sup> Portanto, a democracia só pode ser entendida como um processo

político baseado na mudança cultural de comportamento.

Nessa redivisão de papéis, a Constituição Federal afirma que a Segurança Pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. O Estado divide suas atribuições no zelo pela segurança pública aos cinco órgãos de Polícia (Federal, Rodoviária e Ferroviária Federal, Civil e Militar, incluindo-se os Bombeiros).

*A Constituição determina: "Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividade de defesa civil."*

Entretanto, o que cabe à população? Em que nível se dá essa responsabilidade que a Constituição determina como sendo "de todos"? Responder a essas perguntas é o primeiro passo para participar do processo de "segurança pública" e, a partir daí, experimentar a participação no processo democrático como um todo.

### **3 COMO AJUDAR A MANTER A SEGURANÇA PÚBLICA**

Quando nos referimos à expressão "Segurança Pública", estamos nos referindo a todo tipo de segurança que envolve a coletividade. Portanto, "Segurança Pública" também se refere à segurança pessoal. Zelar por sua própria segurança é a primeira forma de assumir a responsabilidade pela segurança pública.

O trânsito, a saúde (sobretudo no que se refere aos aspectos de higiene), a limpeza urbana são exemplos de aspectos de segurança que dependem da colaboração de cada cidadão.

Se todo cidadão cuidar de sua própria segurança e fizer o possível para manter a segurança alheia (em coisas simples, como dirigir com cuidado, não deixar o ferro elétrico ou o botijão de gás ligados, não jogar e não deixar cacos de vidro pela calçada, etc.), se todo cidadão procurar fazer isso, o trabalho da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros seria bem menor.

Quando falamos em participar da segurança pública, não nos referimos a participar da "Guarda-do-Presidente". Estamos falando de pequenos cuidados cotidianos que podem evitar grandes transtornos e acidentes. Um bom exemplo foi-nos dado pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade. Todos conhecem o poema de Drummond que fala sobre "Uma Pedra no Caminho". Pois bem, durante cinquenta anos, as

pessoas, sobretudo os intelectuais, tentaram decifrar a que se referia o poeta. Quando o poema festejava seu cinquentenário, Drummond publicou a coletânea de artigos que tentavam explicar seu poema e deu, finalmente, a explicação verdadeira. O poeta referiu-se tão somente a uma pedra. Uma pedra que, como descreve, *"estava no caminho"*, quando ele passava para ir ao trabalho. Drummond não tirou a pedra do caminho e, por isso, a pedra não lhe saía da cabeça...Assim, ele fez o poema. O que Drummond pensava era nos perigos que aquela pedra no caminho oferecia. Porque antes de ser um poeta, Drummond era um cidadão. Um bom cidadão.

## CONCLUSÃO

### A SEGURANÇA DE TODOS ESTÁ NAS MÃOS DE CADA UM

*"Um traço que deve caracterizar o ser humano, ainda não embrutecido pela própria fraqueza ou pela realidade tremenda, é a liberdade que ele se reserva de opor ao evento defeituoso, à situação decepcionante, uma força contraditória. Essa força poderia chamar-se **esperança**: esperança de que aquilo que não é, não existe, possa vir a ser; uma espera, no sonho, de que algo se mova para a frente, para o futuro, tornando realidade aquilo que precisa acontecer, aquilo que tem de passar a existir".*

(Teixeira Coelho)

### 1 A QUESTÃO DO COLETIVO: IMPORTÂNCIA E FORÇA

Ao falar em coletivo, é possível que nos remetamos a algo da ordem social. Porém, o coletivo a que nos referimos não é o social dos discursos políticos que falam em dívida e responsabilidade social. Os políticos, em geral, se referem àqueles que são marginalizados pela sociedade: as mulheres, os negros, os miseráveis, os desamparados, os deficientes, etc.

Quando falamos em coletivo, queremos nos distanciar da proposta de representação das vítimas. O coletivo, a nosso ver, deve ser assimilado ao político. Isso porque pensamos o coletivo *"desde o espaço da identidade do sujeito, da interação, das vicissitudes da convivência, dos desencontros cotidianos, da marca a partir do juntar-se; até a fidelidade partidária."*<sup>28</sup> Ou seja, pensamos no coletivo, não em nível de homens serem unidos, mas em nível de serem entendidos todos como um.

Ao entender o coletivo dessa maneira, é possível que apareçam críticas quanto à individualidade e às características de identidade de cada um. Entretanto, em hipótese alguma desconsideramos as particularidades do

indivíduo. O que ora esclarecemos é que o comportamento social do coletivo difere da soma do comportamento social dos indivíduos que compõem essa coletividade.

A sociabilidade se apresenta na natureza de muitas formas, e uma forma particular de sociabilidade caracteriza a espécie humana. Na nossa espécie, existem, ao mesmo tempo, reconhecimento individual e laços interpessoais. Por isso, a análise de eventos isolados não esgota a compreensão do comportamento social.

*"O significado de uma interação depende do tipo de relação (ou laço) que existe entre os indivíduos envolvidos, bem como da forma de inserção dessas relações no grupo social ao qual os indivíduos pertencem. Interações, relações e fenômenos de grupos são, portanto, níveis diferentes de análise do comportamento social."*<sup>29</sup>

Portanto, os conceitos úteis para a descrição e análise de interações podem ser insuficientes para a análise de relações contextualizadas num grupo social amplo, caracterizado por uma determinada estrutura sociocultural. Essas observações demonstram a necessidade de se reconhecerem as distinções entre os níveis, contextualizando a análise de cada um deles, a fim de que possamos fazer uma leitura razoável da coletividade humana.

Uma vez entendido o que seja coletividade, cabe-nos analisar a importância e a força dessa coletividade. Como bem nos ensina o sociólogo Maurício Tragtenberg,

*"Não se pode fazer pelo povo, sem o povo; da mesma forma prega no vazio quem utiliza o conceito **povo** em épocas rituais, nas datas nacionais, em inaugurações de obras públicas por politíqueiros ávidos de poder, que falam de povo mas badalam a elite".*<sup>30</sup>

Quando falamos de força da coletividade, falamos de democracia e também da intolerância ao arbítrio. Sobre o poder dessa coletividade e sobre o cansaço em relação ao arbítrio, fala-nos o professor de Ciências Sociais, Morse Belém Teixeira:

*"Há sinais, bons sinais, de cansaço do arbítrio, do reconhecimento da impossibilidade de manter indefinidamente todo um povo submetido a um pequeno número de senhores. Esses sinais se fazem presentes em todos os segmentos da sociedade brasileira, e sua evidência nos permite, ainda que com a insegurança criada pelo*

*hábito de temer, esperar por melhores dias para a convivência humana nesta terra.<sup>131</sup>*

O mundo tem tido inúmeras provas de que a força e o desejo popular não podem ser ignorados. Em nível nacional e mundial, há uma tomada de consciência, e não podemos, como povo, permitir que nos olhem, lá de fora, como um "rebanho". Na medida em que entendemos a relevância de nossa participação para a história do todo, reformulamos essa história. Tornamo-nos mais conscientes de nossas responsabilidades sociais. Evoluímos, dessa forma, à compreensão de que Estado e sociedade civil são indissociáveis; e que, sem o apoio de um, o outro jamais triunfará.

## 2 O DESTINO DE CADA UM ESTÁ NA MÃOS DE TODOS

Somos parte de um todo. A vida em sociedade é um pacto coletivo de compromisso mútuo. Compreender isso significa apreender o significado de responsabilidade social. Na medida em que entendemos a sociedade como um corpo único que depende do perfeito funcionamento de cada segmento, entendemos que o progresso nada mais é do que a correta efetivação da nossa cumplicidade.

Essas constatações podem parecer um tanto poéticas (e o são), mas isso não invalida sua veracidade. Havemos de nos lembrar de que a arte imita a vida, e a vida, por sua vez, imita a arte. Arte e vida são conceitos complementares. Quando entendemos isso, somos capazes de nos percebermos como co-autores do nosso destino. Podemos nos permitir utopias, porque compreendemos ser verdadeiro o pensamento que diz: "*A nossa fantasia de ontem é o nosso sonho de hoje e a nossa realidade de amanhã.*"

Compreender que somos donos do nosso destino implica assimilar a essência da liberdade humana. Precisamos entender que um novo tempo se abre para a humanidade, quando as pessoas se conscientizam de seu papel social. Essa análise nos faz lembrar os versos do espanhol Antonio Machado: "*Caminhante, não há caminho. Faz-se o caminho ao andar.*" E se nós fazemos o nosso caminho, então Charles Chaplin tinha razão quando dizia "*Que os nossos esforços desafiem as impossibilidades. Lembrai-vos de que as grandes proezas da história foram conquistadas do que parecia impossível.*"

Este trabalho é, antes de mais nada, um convite. Um convite para que aceitemos a nossa condição de cumplicidade e para que, juntos, construamos um Brasil melhor. Um Brasil mais justo, mais humano, mais

participativo e mais próspero. Um Brasil sem medo do futuro, um Brasil que transmita segurança ao seu povo. Um Brasil para os brasileiros. E somos nós que vamos construir esse Brasil. Já cantava Raul Seixas: "*Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade.*"

Vivemos em um tempo em que não há mais tempo para a dúvida. É chegada a hora da atitude; da ação consciente e coletiva. Se assim o fizermos, não haverá razão para se falar em proteção por parte do Estado. A segurança pública estará acima da própria responsabilidade social, porque será parte da nossa realidade.

Haverá quem interprete esta conclusão como um surto de otimismo. Porém, estamos cientes da possibilidade de concretização desse cenário. Estamos cientes, porque sabemos que a sociedade é composta por seres humanos, e a essência do homem é boa. Tanto é assim que o psicólogo A.S. Neill afirma que as crianças livres e felizes não tendem a ser cruéis. Para o autor, "*a crueldade de muitas crianças é devida à crueldade com que foram tratadas pelos adultos. (...) Não se pode ser espancado sem desejar espancar outrem*"<sup>32</sup>

A violência é um ciclo vicioso que precisa ser quebrado. Claro está que não podemos acabar com a agressividade humana, posto que essa é uma das características intrínsecas à espécie; entretanto, podemos racionalizá-la. Com o uso adequado da agressividade, construiremos uma sociedade onde o público estará seguro. A segurança será vivenciada como parte do nosso cotidiano, seja no nível físico, seja no psicológico. Viveremos numa sociedade mais saudável, menos neurótica, mais democrática, mais humana e mais feliz.

### 3 UMA ANTIGA E ATUAL MENSAGEM DE ESPERANÇA

Esta monografia propõe uma revisão dos conceitos de Segurança, Liberdade, Direito, Responsabilidade Social, Estado, Cidadania, Política, Educação, Democracia e Coletividade. Dentro dessa perspectiva, não poderíamos terminar de outra forma que não fosse deixando uma mensagem de esperança. Diz Teixeira Coelho:

*"Todo traço de pessimismo, de entreguismo, deve ser eliminado. Os gritos de "A utopia morreu!" - reveladores do medo ou da raiva diante do novo, e indicadores da aspiração de ver reinar a imbecilidade sufocante - devem ser abafados pelo otimismo militante".*<sup>33</sup>

A mensagem que aqui deixamos é antiga, mas permanece extremamente atual e resume, poeticamente, as nossas conclusões. Deixamos, pois, ao deleite do leitor, *O Último Discurso*, de Charles Chaplin. Com o sincero desejo de que ele não seja somente lido, mas apreendido na magnitude de sua essência.

O ÚLTIMO DISCURSO  
(de "O GRANDE DITADOR")

*"Sinto muito, mas não pretendo ser um imperador. Não é esse o meu ofício. Não pretendo governar ou conquistar quem quer que seja. Gostaria de ajudar - se possível - judeus, o gentio ... negros ... brancos.*

*Todos nós desejamos ajudar uns aos outros. Os seres humanos são assim. Desejamos viver para a felicidade do próximo - não para o seu infortúnio. Por que havemos de odiar e desprezar uns aos outros? Neste mundo há espaço para todos. A terra, que é boa e rica, pode prover a todas as nossas necessidades.*

*O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos. A cobiça envenenou a alma dos homens... levantou no mundo as muralhas do ódio...e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e os morticínios. Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.*

*A aviação e o rádio aproximaram-nos muito mais. A própria natureza dessas coisas é um apelo eloqüente à bondade do homem...um apelo à fraternidade universal... à união de todos nós. Neste mesmo instante a minha voz chega a milhões de pessoas pelo mundo afora, milhões de desesperados, homens, mulheres, criancinhas...vítimas de um sistema que tortura seres humanos e encarcera inocentes.*

*Aos que me podem ouvir eu digo: "Não desesperéis!" A desgraça que tem caído sobre nós não é mais do que o produto da cobiça em agonia da amargura de homens que temem o avanço do progresso humano. Os homens que odeiam desaparecerão, os ditadores sucumbem e o poder que do povo arrebataram há de retornar ao povo. E assim, enquanto morrem homens, a liberdade nunca perecerá.*

*Soldados! Não vos entregueis a esses brutais... que vos desprezam, que vos escravizam... que arregimentam as vossas vidas, que ditam os vossos atos, as vossas idéias e os vossos sentimentos! Que vos fazem marchar no mesmo passo, que vos submetem a uma alimentação regrada, que vos tratam como um gado humano e que vos utilizam como carne para canhão! Não sois máquinas! Homens é que sois! E com o amor da humanidade em vossas almas! Não odieis! Só odeiem os que não se fazem amar... os que não se fazem amar e os inumanos!*

*Soldados! Não batalheis pela escravidão! Lutai pela liberdade! No décimo sétimo capítulo de São Lucas é escrito que o Reino de Deus está dentro do homem - não de um só homem ou de grupo de homens, mas dos homens todos! Está em vós! Vós, o povo, tendes o poder - o poder de criar máquinas. O poder de criar felicidade! Vós, o povo, tendes o poder de tornar esta vida livre e bela... de fazê-la uma aventura maravilhosa. Portanto - em nome da democracia - usemos desse poder, unamo-nos todos nós. Lutemos por um mundo novo... um mundo bom que a todos assegure o ensejo de trabalho, que dê futuro à mocidade e segurança à velhice.*

*É pela promessa de tais coisas que desalmados têm subido ao poder. Mas, só mistificam! Não cumprem o que prometem. Jamais o cumprirão! Os ditadores liberam-se, porém escravizam o povo. Lutemos agora para libertar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio e à prepotência. Lutemos por um mundo de razão, um mundo em que a ciência e o progresso conduzem à ventura de todos nós. Soldados, em nome da democracia, unamo-nos!*

*Hannah, estás me ouvindo? Onde te encontrares, levanta os olhos!*



*Vês, Hannah? O sol vai rompendo as nuvens que se dispersam! Estamos saindo da treva para a luz! Vamos entrando num mundo novo - um mundo melhor, em que os homens estarão acima da cobiça, do ódio e da brutalidade. Ergue os olhos, Hannah! A alma do homem ganhou asas e afinal começa a voar. Voa para o arco-íris, para a luz da esperança. Ergue os olhos, Hannah! Ergue os olhos!*

Charles Chaplin

*Ergue os olhos, Brasil! Ergue os olhos... hoje e sempre!!!*

**Abstract: Public Security: life in the hands of all.** *This paper focuses on the question of public security being a matter of everyone's concern, and not the responsibility of state agencies only.*

#### NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 190 e 191.
- 2 MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política?*; MAGNOLI, Demétrio. *O que é Geopolítica?* e LEBRUN, Gérard. *O que é Poder?*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989; p. 166.
- 3 Idem. p. 170.
- 4 Idem, ibidem.
- 5 Idem, p. 174.
- 6 Idem, p. 177.
- 7 Idem, p. 178.
- 8 Idem, p. 180.
- 9 Idem, p. 36.

- 10 Idem, p. 37.
- 11 Idem, p. 37.
- 12 Idem, p. 41.
- 13 MARTINS, Roberto R. *Segurança nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 38.
- 14 Idem, p. 37.
- 15 MCNAMARA, Robert S. *A essência da segurança*. São Paulo: IBRASA, 1968, p. 173.
- 16 Idem, ibidem.
- 17 Idem, p. 174.
- 18 Idem, p. 186.
- 19 Idem, p. 9.
- 20 MAAR, Wolfgang Leo, p. 164.
- 21 NEILL, A. S. *Liberdade no lar*. São Paulo: IBRASA, 1970, p. 37.
- 22 ABRAMOVICH, Fanny. *Quem educa quem?* São Paulo: Círculo do Livro, 1985, p. 37.
- 23 Idem, ibidem.
- 24 TEIXEIRA, Morse Belém. *Contra a insegurança, o temor e as ameaças. UFMG Resistência e Protesto*. Belo Horizonte: Editora Vega, 1979, p. 12.
- 25 CARDOSO, Fernando Henrique. *A Democracia na América Latina. Revista Novos Estudos*, n.º 10. São Paulo, outubro de 1984, p. 56.
- 26 TEJERA, Marisa Estela S. *A Questão do Coletivo. Psicologia e Sociedade*. Belo Horizonte: ABRAPSO, 1989, p. 84.
- 27 MAAR, Wolfgang Leo, p. 62.
- 28 TEJERA, Marisa Estela S., p. 85.

29 CARVALHO, Ana Maria A. Etologia e Comportamento Social. *Psicologia e Sociedade*. Belo Horizonte: ABRAPSO, 1990, p. 154.

30 TRATENBERG, Maurício. A luz vem de Lages. In ALVES, Márcio Moreira *A força do povo*. Brasiliense, São Paulo: 1982, p. 7 e 8.

31 TEIXEIRA, Morse Belém, p. 12.

32 NEILL A. S., p. 160.

33 FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução?*; COELHO, Teixeira. *O que é Utopia?* e COSTA, Caio Túlio. *O que é Anarquismo?*. São Paulo: Círculo do Livro, p. 131.